



MPV 1047
00016

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

EMENDA Nº - PLEN
(à MPV nº 1.047, de 2021)



SF/21781.05992-76

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º, § 2º, da MPV nº 1.047, de 3 de maio de 2021:

“Art. 7º

.....

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a Administração deverá exigir do contratado a prestação de garantia, nas modalidades de que trata o art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, de até trinta por cento do valor do objeto, podendo adotar adicionalmente outras cautelas aptas a reduzir o risco de inadimplemento contratual, tais como:

I - a comprovação da execução de parte ou de etapa inicial do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;

II - a emissão de título de crédito pelo contratado;

III - o acompanhamento da mercadoria, em qualquer momento do transporte, por representante da Administração; e

IV - a exigência de certificação do produto ou do fornecedor.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV nº 1.047, de 2021, tal como o fez a MPV nº 961, de 2020, convertida na Lei nº 14.065, de 30 de setembro de 2020, com vigência já encerrada, autoriza a Administração Pública a realizar pagamentos antecipados aos contratados, desde que representem condição indispensável para se obter o bem ou assegurar a prestação do serviço ou quando propiciem significativa economia de recursos. Para tanto, a Administração deverá prever a antecipação



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

de pagamento no edital da licitação ou no instrumento formal de adjudicação direta, bem como exigir devolução integral do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto. Além dessas medidas, a MPV estabelece que a Administração **poderá** prever cautelas aptas a reduzir o risco de inadimplemento, como a prestação de garantia pelo contratado, a emissão de título de crédito, a exigência de certificação do produto ou do fornecedor, entre outras.

A realização de pagamentos antecipados nos contratos administrativos é objeto de longa controvérsia, havendo quem afirme que ela seria vedada, ante as exigências feitas pelos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 1964, para o processo de liquidação e pagamento de despesa. Outros entendem que a própria Lei nº 8.666, de 1993, admite o pagamento antecipado, ao submeter as compras governamentais a condições de pagamento semelhantes às do setor privado (art. 15, III) e aludir à concessão de descontos por eventuais antecipações de pagamentos (art. 40, XIV, *d*). A nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), em seu art. 145, admite os pagamentos antecipados quando propiciarem sensível economia de recursos ou representarem condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço. Durante os primeiros dois anos de vigência dessa Lei, contudo, a Administração poderá licitar e contratar com base na Lei nº 8.666, de 1993.

Fato é que o Tribunal de Contas da União, ao interpretar a legislação sobre a matéria, tem destacado que os pagamentos antecipados só se justificam em condições excepcionabilíssimas e desde que concedidas garantias pelo contratado: *a realização de pagamentos antecipados aos contratados somente poderá ocorrer se houver a conjunção dos seguintes requisitos: previsão no ato convocatório, existência no processo licitatório de estudo fundamentado comprovando a real necessidade e economicidade da medida e estabelecimento de garantias específicas e suficientes que resguarдем a Administração dos riscos inerentes à operação* (Acórdão nº 1.341/2010 – Plenário). Também a doutrina adverte que o pagamento antecipado deve *ser condicionado à prestação de garantias efetivas e idôneas destinadas a evitar prejuízos à Administração* (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, Comentário ao art. 55, n. 16, *ebook*).





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

Ora, a MPV andou bem ao estabelecer as hipóteses em que justificariam o pagamento antecipado. No entanto, ao tratar dos requisitos a serem observados para resguardar a posição do Poder Público, tratou a exigência de cautelas e garantias como uma mera faculdade. Ao adiantar valores ao contratado, a Administração assume riscos não desprezíveis. No caso de inexecução, a depender do caso concreto, é possível que o prejuízo nunca venha a ser recuperado. Por isso, a exigência de garantia não pode constituir uma faculdade da Administração, razão por que, a exemplo do que fizemos quando da tramitação da MPV nº 961, de 2020, propomos mudança no § 2º do art. 7º da MPV nº 1.047, de 2021, para harmonizá-lo com o princípio da indisponibilidade do interesse público.

Na certeza de ser imperioso esse ajuste na MPV, solicitamos o apoio dos demais Congressistas, para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador **MARCOS DO VAL**



SF/21781.05992-76